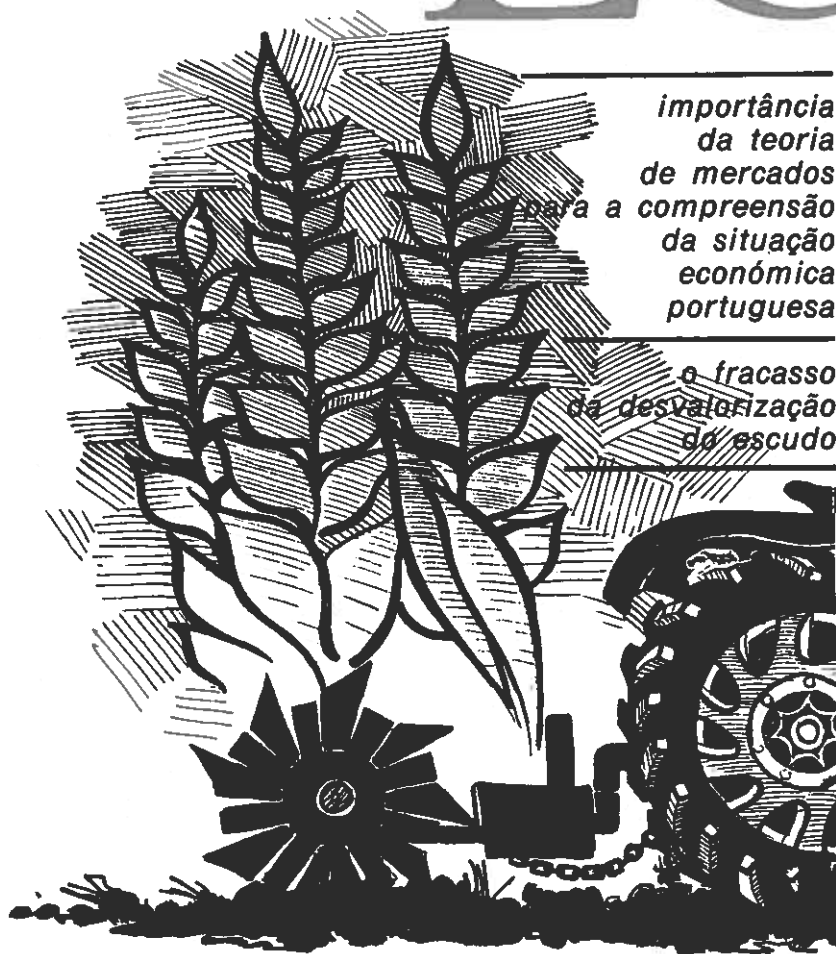


questões económicas e sociais

economia EC 17



*importância
da teoria
de mercados
para a compreensão
da situação
económica
portuguesa*

*o fracasso
da desvalorização
do escudo*

as vias de ampliação do mercado interno

1.

Aberrações teórico- políticas da recuperação capitalista. Ainda a «pobreza natural do País»

(¹) Programa do
Governo PS/CDS.

O desprezo pelo mercado interno por parte dos governos de recuperação capitalista é «justificada» naturalisticamente: «sendo Portugal um país de pequenas dimensões com um mercado interno necessariamente reduzido [...]» (¹). A área geográfica, suas aptidões e os habitantes determinariam a extensão do mercado interno.

À displicência segue-se o seu atrofiamento: «contenção do crescimento da despesa interna», «moderação dos aumentos salariais» e a desmoderação da inflação.

Muitos relatórios de empresa e estudos sectoriais, mesmo elaborados pelas classes sociais que os últimos governos servem, referem cada vez mais a importância do mercado interno, mas são frutos das contradições que fomentaram e, portanto, não têm tido um acolhimento político globalizante.

A actual panaceia naturalista é uma nova versão da «pobreza natural do País» salazarista. São expressões ideológicas dos mesmos interesses de classe.

As trocas de mercadorias são circulação de valores criados na produção social num determinado desenvolvimento histórico das forças produtivas, condicionando, e influenciando, as relações sociais de produção. As trocas do País são malhas do tecido produtivo e de circulação da economia mundial [apenas lembrado para o atrofiamento do mercado interno: «procurar uma redução das importações à custa da moderação da taxa de crescimento da economia» (²)], correspondendo à actual divisão internacional do trabalho e à correlação de forças políticas.

As trocas de mercadorias são relações sociais, mas o quadro social fundamental é silenciado pelos ideólogos do capital. É um silêncio a reflectir o isolamento dos gover-

(²) Discurso de
Dr. Vítor Cons-
tâncio na defesa
do programa do go-
verno PS/CDS.

Falso dilema da submissão: mercado interno/mercado externo

nos de recuperação capitalista — reconhecem os seus inconvenientes eleitorais em anunciarem que o seu trabalho é para o grande capital internacional —, o desajustamento objectivo de uma tal política com a Revolução Portuguesa.

Aquelas interpretações do mercado interno aparecem como substrato de uma alternativa de viragem para o exterior: «sendo Portugal um país de pequenas dimensões com um mercado interno necessariamente reduzido, nunca o motor do seu desenvolvimento nem a orientação do seu aparelho produtivo e o seu poder de crescimento poderia ser determinado, directa e predominantemente, pela satisfação das necessidades de consumo interno através da oferta nacional»⁽¹⁾.

Também aqui se repetem argumentos do tempo do fascismo — «em face do escasso consumo interno existe a premente necessidade de a indústria se voltar para a exportação»⁽²⁾ — que reflectem subitamente a incapacidade de a burguesia portuguesa aprender com as lições da história. Apenas uma diferença entre agora e o negro passado: este apresentava-o como um modelo de desenvolvimento e agora é uma variável de «contenção da taxa de crescimento».

Combater aquela alternativa não significa desprezo pelo equilíbrio da Balança de Transacções Correntes, mas opção por outras vias para o conseguir, nem indiferença pela interdependência objectiva com as economias externas (12,7 % da procura final total é importada, alguns sectores têm uma produção superior ao consumo interno e beneficiam de vantagens comparadas, as importações correspondem a 45 % do Produto Interno, alguns sectores dependem de tecnologias que não possuímos, etc.), que são também o fruto de opções capitalistas numa economia que foi colonizadora e colonizada, mas a consciência de classe da possibilidade da Revolução Portuguesa alterar o herdado, passando a contar cada vez mais com as nossas próprias forças e com as potencialidades de uma nova cooperação internacional.

O mercado externo, embora possa constituir uma necessidade, «não tem nada a ver com a (questão) da realização (da mais-valia) e a tentativa de ligar uma à outra e de os considerar como um todo apenas traduz um desejo romântico de “retardar” o capitalismo e uma impotência, não menos romântica, de raciocinar logicamente»⁽³⁾, quer analisando em termos de «troca de produtos ~~contra~~ outros por outros produtos»⁽⁴⁾ quer em termos monetários⁽⁵⁾.

Mercado interno/mercado externo é, em termos globais, uma falsa dicotomia porque, embora existindo uma autonomia relativa de cada país na produção mundial, o mercado externo de um é o mercado interno de outros, e para a economia mundial não existe separação. A dicotomia é

referida nas medidas para superar a crise, mas os ciclos capitalistas são mundiais (a dinâmica específica dos ciclos dos Estados Unidos, da Europa ocidental e do Japão não o negam): em 1975, a RFA, a França, o Reino Unido, a Bélgica, a Holanda, a Itália e os EUA tiveram uma taxa de crescimento negativa; em Maio de 1978 o desemprego na CEE era de 5 231 000 trabalhadores e atingindo todos os países, enquanto o Japão tem cerca de 4 milhões de desempregados; a inflação a «dois dígitos» atinge a grande maioria dos países.

A prioridade ao mercado externo é um apanágio da política de todos os países capitalistas, abalados pela profunda crise, ao procurarem resolver os seus problemas internos à custa dos trabalhadores dos seus próprios países e dos outros. Apostar sobretudo no desenvolvimento das exportações é jogar na intervenção mais activa na partilha e repartilha de mercados liderada pelas metrópoles imperialistas e é admitir uma capacidade de intervenção da nossa economia que não existe. Se, por exemplo, a desvalorização do dólar aparece como um instrumento de aumento das exportações é porque as desvalorizações que recomenda aos países para quem exporta não podem ter o mesmo efeito.

Mas estas contradições e falsos dilemas reflectem algo bastante mais profundo, inerente ao próprio sistema capitalista: a tendência estrutural ao decréscimo da taxa de lucro, o aprofundamento das crises, a desvalorização do capital variável pela via inflacionista e, por outro lado, a agudização da luta de classes e das tensões interimperialistas e capitalistas.

A viragem para o mercado externo, aberrantemente nítida na Carta de Intenções do Governo Português ao FMI, conduz a uma submissão ao imperialismo e à recuperação monopolista e latifundista. Hoje, como ontem, «da orientação geral na indústria (assim como na agricultura) voltada para o comércio externo resultará: a manutenção ou agravamento dos salários de fome, a estagnação dos consumos internos e mesmo a sua eventual restrição, a aceleração da centralização e concentração de capitais, a acentuação do domínio imperialista»⁽⁶⁾.

⁽¹⁾ A. Cunhal, *Relatório de Actividade do CC ao VII Congresso do P C P*, Edições «Avante!», 1975, p. 42.

2.

Caracterização do mercado interno

O mercado é uma forma eufemística de exprimir a circulação e a realização das mercadorias. O mercado interno é constituído pelo conjunto das trocas que se processam no quadro geográfico-social-político do nosso país. Em 1974 correspondia — subestimado bastante pela consolidação das contas de cada grande sector — a 1,8 vezes o PIBcf a preços correntes (309 milhões de contos) se não se considerarem as operações do Governo e os rendimentos do trabalho, sendo 38 % referentes a «consumos produtivos».

⁽⁴⁾ V. I. Lênine, *Obras*, vol. 2, p. 160.

⁽⁵⁾ Rosa Luxemburg chega, tal como Sismondi, à conclusão da necessidade do comércio externo para a acumulação, após ter colocado as seguintes perguntas: «Donde vem o dinheiro para realisar a mais-valia? Donde vem a procura?» (*L'Accumulation du Capital*).

(7) K. Marx, *O Capital*, ed. Centelha, liv. I, p. 136.

(8) K. Marx, *ibidem*, p. 47.

(9) K. Marx, *ibidem*, p. 59.

(10) V. I. Lênine, *Obras*, ed. francesa, vol. I, p. 113.

(11) *Dicionário da História de Portugal*, «Lanifícios».

(12) Sobre este assunto chama-se a atenção da obra de Lênine *A Propos de la Question dite des Marchés*, inserida no vol. I das *Obras*, ed. francesa. Chama-se particularmente a atenção para o quadro das pp. 108-109.

(13) K. Marx, *O Capital*, ed. cit. p. 136.

A troca é a resolução da contradição entre o valor de uso e o valor das mercadorias — «toda a mercadoria é não-valor-de-uso para quem o possui e valor-de-uso para quem a não possui» (7) e valor para quem a possui — que se torna particularmente aguda em capitalismo, devido ao tendencial desaparecimento da produção para autoconsumo e ampliação social dos processos de troca.

A extensão das trocas aparece, assim, em primeiro lugar ligada ao valor de uso das mercadorias — «a mercadoria é, antes de tudo, um objecto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie» (8) — e à sua pluralidade (globalmente integráveis no sector I, produtor de meios de produção, e no sector II, produtor de bens de consumo pessoal), emergente da diversificação do trabalho concreto: «ao conjunto dos valores de uso de todas as espécies corresponde um conjunto de trabalhos úteis igualmente diversos, conforme o género, a espécie, a variedade — *uma divisão social do trabalho*» (9).

A noção de mercado interno é absolutamente inseparável da divisão social do trabalho na nossa sociedade e de como aquela se entrelaça na divisão internacional do trabalho. «Os limites fixados ao desenvolvimento do mercado, na sociedade capitalista, são determinados pelos limites da especialização do trabalho social. Ora, pela sua própria natureza, esta especialização é infinita, assim como o progresso técnico.» (10) O desenvolvimento das forças produtivas, a criação de novos ramos de actividade, o fraccionamento dos existentes em vários impulsionam o mercado interno. Assim, por exemplo, desde uma situação em que «ao lado de certos profissionais perfeitamente diferenciados no processo de fabrico medieval de tecidos de lã, desde os criadores de carneiros, passando pelos tosadores e cardadores até às fiandeiras, tecelões, tecedeiras, os indivíduos que batiam o tecido nos pisões e no tintureiro [...] grande parte desta actividade, sempre dispersa, estava cometida à população rural, às camponesas que nos seus lares fiavam e teciam a lã» (11), passando pela sua expansão capitalista após o segundo quartel do século XIX até à situação de hoje de diferenciação da cardagem e da fiação, da tecelagem e da tinturaria vai uma pluralização dos valores de uso sociais (12).

Em segundo lugar, a extensão das trocas aparece ligada ao valor das mercadorias produzidas e trocadas — «é necessário que as mercadorias se manifestem como valores, antes de se poderem realizar como valores de uso» (13). Os valores das mercadorias trocadas estão inter-relacionados. Existem cadeias de produção — com relações de concorrência entre si — em que cada unidade produtiva se localiza imperativamente. As mercadorias têm uma quantidade de valor que

é o tempo socialmente necessário à sua produção que engloba também uma transferência total ou parcial de trabalho morto. O facto de o carácter social da produção capitalista fazer com que cada mercadoria seja uma parte alíquota da produção global e o valor manifestar-se metamorfoseadamente através dos preços de produção, não nega o afirmado.

Um aumento das quantidades de valores produzidas num sector e trocadas no nosso país não impulsiona o mercado interno, para um dado período, apenas nesse montante. Existem «efeitos multiplicadores» que se podem manifestar em diversos sentidos, por vezes contraditórios, e variam segundo a cadeia produtiva e suas relações com as restantes e, dentro daquela, conforme a fase. Dependem, para além da natureza do valor de uso, da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia no sector e na economia, da rotação do capital, isto é, da taxa de lucro médio e da taxa de lucro nos sectores. Tal como, por exemplo, o aparecimento da tipografia e da imprensa cria um valor novo e impulsiona a quantidade de valor criado na fabricação de papel e indústrias a montante, a montagem em determinada região — as relações de localização dentro de uma cadeia produtiva também têm impacte sobre o mercado interno — de uma indústria de máquinas eléctricas impulsiona a indústria metalúrgica, química, eléctrica, etc., e a extracção de caulinos favorece o impulso da cerâmica. Tal como no século XIX a fabricação de produtos de vidro foi substituindo a louça de estanho, também a utilização do cimento vai substituindo o barro vermelho. Além disso, o aumento dos trabalhadores industriais força a mercantilização da agricultura e o aumento das remunerações do trabalho aumenta a procura sobre o sector II.

A acumulação é o motor da ampliação das quantidades de valor.

A acção conjunta, indissociável historicamente, da pluralização dos valores de uso e do aumento das quantidades de valor é o próprio processo de evolução do mercado interno, de influência remota — alguns autores atribuem à sua escassez nos séculos XVI e XVII a base de «o País não ter tido história (apenas crónica política), nem ter conhecido transformações económicas, vivendo sempre no mesmo nível de estagnação, de tal forma que todo o crescimento foi insuficiente e inferior ao dos outros países europeus» (14) — e que foi a base de desenvolvimento do capitalismo [é significativo que entre 1880 e 1925 as toneladas de mercadorias transportadas tivessem passado de 649 400 para 6 200 300 (15)], continuando a ter grande importância, com uma dinâmica diferente, na actual fase da economia portuguesa de construção revolucionária de uma democracia rumo ao socialismo.

(14) *Dicionário de História de Portugal*, «Mercado Interno».

(15) *Ibidem*, «Transportes».

Vias de aumento do mercado interno.

Pelo alargamento da divisão social do trabalho

(16) K. Marx, *Teorias da Mais-Valia*, citado em *Manual de Economia Política*, Academia de Ciências da URSS, ed. Estampa, vol. I, p. 119.

(17) K. Marx, *O Capital*, ed. Sociais, vol. III, p. 55.

(18) K. Marx, *O Capital*, citado em *Manual de Economia Política*, ed. citada, vol. I, p. 198.

(19) José Gomes e Manuel Ribeiro, *Parte dos Salários no Rendimento Nacional*, p. 52.

Uma das vias de impulsionar o mercado interno é pelo alargamento da divisão social do trabalho. A história da evolução do capitalismo, a passagem, por fases, da cooperação simples à actual estrutura produtiva é também a história do aumento do mercado interno de cada país e do mercado mundial.

A taxa de lucro é o cerne impulsionador do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista, da especialização produtiva, do aumento do carácter social da produção, da criação de novos ramos produtivos e improdutivos. Uma exploração dos trabalhadores «compensatória» para o capital é a base do processo: a taxa de lucro é o resultado da taxa de mais-valia, da composição orgânica do capital e da velocidade de rotação do capital, todos estes aspectos determinados pela lei da mais-valia: «a finalidade constante da produção capitalista consiste em criar o máximo de mais-valia ou de sobreprodução com o mínimo de capital avançado» (16). A protecção económica e política que o capital monopolista teve durante o fascismo potenciou em Portugal alguns aspectos do funcionamento desta lei fundamental, apesar do atraso relativo das forças produtivas.

«O constante progresso da acumulação deve, mais tarde ou mais cedo, levar a uma alta gradual dos salários» (17), mas também conduz à criação de um exército industrial de reserva e ao agravamento cíclico das condições de vida dos trabalhadores: «Quanto maior for a riqueza social, o capital em funções, o volume e a intensidade do seu crescimento, e maior também, portanto, a grandeza absoluta do proletariado e a capacidade produtiva do seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A dimensão relativa do exército industrial de reserva cresce, por conseguinte, à medida que crescem as potencialidades de riqueza. E quanto maior é este exército de reserva em relação ao exército de trabalhadores activos mais se estende a massa de sobrepopulação utilizada cuja miséria se acha na razão inversa dos tormentos do seu trabalho [...] tal é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista.» (18) Simultaneamente cresce o desequilíbrio entre a parte do rendimento nacional que cabe aos capitalistas e aos trabalhadores — entre 1961 e 1968, por exemplo, no nosso país, o peso da massa salarial dos ramos produtivos no Rendimento Interno diminuiu 28%; segundo as próprias estatísticas oficiais entre 1970 e 1973 houve um decréscimo de 2,8% no peso do total dos salários e ordenados ilíquidos e outras remunerações adicionais no Rendimento Nacional — e agrava-se a «diferença entre o valor da força de trabalho (historicamente variável) e o salário real (mesmo que este aumente)» (19).

A história do capitalismo é também a do alargamento do mercado e da exploração dos trabalhadores. Durante o fascismo as condições de vida das classes trabalhadoras agra-

varam-se e o mercado interno alargou-se: entre 1970 e 1974, a preços correntes, aumentou 2,2 vezes, mais 16% que o aumento registado no Produto Interno, e aumentou 1,5 vezes se «deflacionarmos» à taxa de aumento de preços das contas nacionais.

Esta via de desenvolvimento do mercado interno foi a preferencial no modelo capitalista de desenvolvimento: assim como a produção de mercadorias não pode existir isolada da sua realização e a circulação tem que ser precedida da produção, também os processos de acumulação impulsionam o mercado interno e este estimula e cria condições para a acumulação. Contudo o agravamento das suas contradições, emanação da contradição fundamental do capitalismo, fizeram aumentar a atenção do capital por outros modelos que dessem maior destaque ao consumo pessoal, embora se procedesse apenas a uma revisão pontual e conjuntural do modelo. Os políticos — «Eu vejo milhões de pessoas que não têm meios para comprarem os produtos da terra e da fábrica e que, pela sua pobreza, privam milhões de outras pessoas de um trabalho produtivo» (20) — e os teóricos burgueses — «Se é materialmente impraticável aumentar o investimento, torna-se evidente não haver outros meios de melhorar o nível de emprego além do de aumentar o consumo» (21) — assinalam ideologicamente a nova fase do capitalismo em crise geral.

(20) Roosevelt, Mensagem ao Congresso em 1934.

(21) Keynes, *Teoria Geral*, ed. Fundo de Cultura, p. 309.

Pelo aumento do consumo pessoal

O aumento do consumo pessoal é também uma via de aumento do mercado interno, mesmo considerando como um dado o grau de divisão social do trabalho.

O seu impacto inicial é sobre a produção do sector II, mas num prazo curto reagirá sobre a produção do sector I. «O equilíbrio entre a produção e o consumo estabelece-se através de uma série de oscilações» (22), estabelecer-se-ão desajustamentos sectoriais, mas o equilíbrio tende a estabelecer-se a um nível mais elevado de quantidade de valores transaccionados.

O sector II é sempre importante no desenvolvimento do conjunto da economia, mesmo quando o desenvolvimento do capitalismo assenta no mais acelerado ritmo do sector IA — produtor de meios de produção para a produção de meios de produção — e num certo desenvolvimento tecnológico e divisão nacional e internacional do trabalho, e na medida em que a força de trabalho é uma mercadoria e o trabalho o único factor produtivo, existe inevitavelmente uma dada proporcionalidade entre os sectores II e I. Mas a importância daquele para o conjunto do processo económico depende em cada economia do peso que assume, e no nosso país é grande: os sectores que, tirando as exportações, dirigem a sua produção maioritariamente para o

(22) V. I. Lênine, *Obras*, ed. citada, vol. I, p. 114.

(23) Consideram-se sectores produtivos e improdutos e não se considerou o Estado. A partir da matriz interindustrial, incluíam-se no sector II os seguintes sectores da matriz:

1	4	7	8	9
/	10	12	13	/
/	14	18	19	/
/	23	26	28	/
/	33	42	44	/
/	45	48	49	/
/	51	52	53	/
/	54	55	56	/
/	57	58		

(24) O *Inquérito às Despesas Familiares de 1973-1974* não permite actualizar estes dados porque não estabelece uma comparação estreita entre as receitas e despesas.

4.

Aumento do mercado interno e sistema social

(25) K. Marx, *O Capital*, ed. cit., vol. IV, p. 119.

consumo pessoal realizam 44 % do total de vendas do País (23).

O impacto do aumento do consumo pessoal sobre o mercado interno depende do montante daquele, e dos efeitos multiplicadores, e também, negativamente, dos efeitos sobre as importações.

O aumento inicial está dependente das variações de rendimento que se tenham processado e da repartição do rendimento, pois as diversas classes sociais têm diferentes «propensões ao consumo» (não sendo também neutral a sua estrutura). Em 1967-1968 verificava-se para o conjunto do País um valor médio de receitas por ano de 36,6 contos e um volume de despesas de 35,1 (96%), mas enquanto os «mestres, condutores, operários especializados, qualificados e não qualificados» apresentavam montantes iguais para receitas e despesas (100%) de 32,3 contos, e os trabalhadores agrícolas contra 20 de receitas tinham 19,9 de despesas (100%) as «profissões liberais», por exemplo, apresentavam respectivamente 217,5 e 120,6 contos de receitas e despesas (55%) (24). Também não é indiferente a repartição entre camadas populacionais com rendimentos similares mas com diferentes localizações pela possibilidade de repercussões diferenciadas sobre o desenvolvimento regional.

Esta via de ampliação do mercado interno é um ponto de convergência de modelos diferenciados de desenvolvimento: enquanto o capitalista encontra nele uma «tábua de salvação» para o capital, afogando-se nas suas próprias contradições, o não-capitalista considera-o em face da importância dada às condições de vida da maioria dos trabalhadores.

A articulação destas duas vias de desenvolvimento do mercado interno encontra-se, em sistema capitalista, no cerne de uma contradição: «os operários enquanto compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas ao considerá-los como vendedores da sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço» (25). Ampliar o mercado e acumular exige aumento da taxa de lucro e aumento, portanto, da exploração. Ter consumidores e ampliar o mercado exige que a grande maioria da população melhore as suas condições de vida e que aos exploradores caiba menos do Rendimento Nacional.

A experiência histórica mostrou que o aumento do poder aquisitivo da grande massa dos trabalhadores era um instrumento fundamental para assegurar o aumento da capacidade produtiva da agricultura, que constitui uma das bases fundamentais da actividade económica global, e serviu, em alguns casos, de impulsor do aumento

da composição orgânica do capital global e sectorial. Contudo, a prioridade capitalista nas vias de articulação da elevação da produção com a capacidade de realização das mercadorias foi dada vincadamente à de aumento da taxa de lucro, não sem contradições que a miopia dos governos de recuperação capitalista e latifundista não só subestima mas também fortalece.

As contradições entre as duas vias apontadas existe enquanto existir a contradição fundamental do capitalismo. Numa fase de ruptura com este, num período de transição ao socialismo existem condições objectivas para a articulação destas duas vias de ampliação do mercado interno. Durante essa fase certamente que surgirão ainda contradições, mas de menor amplitude e profundidade, e o próprio processo de transição permitirá resolvê-las.

5.

Revolução Portuguesa e aumento do mercado interno

Necessidade do alargamento da divisão social do trabalho

(26) W. W. Róss-tov, durante anos conselheiro do presidente dos Estados Unidos, na sua última obra *As Etapas do Crescimento Económico, Um Manifesto não Comunista* defendia um caminho único para o desenvolvimento, que englobaria as seguintes fases: sociedade tradicional, condições prévias ao arranque, arranque, marcha para a maturidade, era do consumo de massas.

Três aspectos apontam para a relevância e imperiosidade de um modelo de desenvolvimento inerente à Revolução Portuguesa, de ampliação do mercado interno pelo adensamento das malhas das relações de troca via acumulação.

É inegável a necessidade de se promover um desenvolvimento acelerado da nossa economia que permita melhorar as condições económico-sociais do nosso povo e diminuir as situações de dependência. Mesmo no quadro da Europa capitalista, a capitação do produto do nosso país só é superior à da Turquia e corresponde a 19% da capitação mais elevada. E não existe um caminho rostowiano (26) que tenhamos que percorrer e em que nos encontremos ainda no início. O nosso modelo não pode ser o dos países capitalistas hoje desenvolvidos — mais que não fosse, porque nesse modelo entrava a exploração de economias colonizadas ou semicolonizadas em que o nosso país se encontrava e de que não se conseguiu ainda libertar —, mas é inegável a necessidade de uma acumulação.

A nossa independência apresenta pontos extremamente ténues. As nossas importações representam 28% do PIBcf, os défices da Balança Comercial e da Balança de Transacções Correntes aumentaram de 65% e 88%, respectivamente, entre 1975 e 1977, a taxa de cobertura das importações pelas exportações passou no mesmo período de 54% para 41% e entretanto a dívida externa no último ano era 3,6 vezes superior à de 1975. A concentração das nossas importações e exportações em alguns poucos países — 51% destas dirigem-se para a CEE, 16% para a EFTA e apenas 5% para o COMECON — e a estrutura das nossas importações de bens essenciais — 55% são bens intermédios, 13% bens de equipamento e 16% combustíveis —, assim como a nossa dependência tecnológica, revelam mais pormenoriza-

damente quanto o nosso processo revolucionário pode ser sabotado pelas potências imperialistas, razão da clara opção política da reacção ao jogar deliberadamente no aumento da nossa dependência e submissão externa a que também não é estranha a provada incapacidade económica da burguesia portuguesa para promover uma acumulação capitalista acelerada.

É necessário lutar contra uma tal situação política. Romper com a dependência crescente do imperialismo é uma grande prioridade e as bases de uma tal mudança encontram-se na simultânea alteração da estrutura produtiva nacional — reconversões e reestruturações sectoriais, criação de novas indústrias, remodelação dos circuitos de transporte e comerciais, modificação das estruturas financeiras e sua integração no processo, planificação democrática, etc. — e na modificação de, no mínimo, alguns parâmetros do comércio externo.

O atraso de diversas regiões do nosso país em relação aos dois únicos eixos de concentração industrial (Lisboa/Setúbal e Porto/Braga, centros de áreas-plano que têm, respectivamente, 54% e 28% da produção industrial nacional) constitui uma situação de gritante desequilíbrio e o «interesse local ou regional e o interesse nacional não podem ser considerados como opostos»⁽²⁷⁾.

Respeitando as especificidades locais e os anseios das populações, a necessidade da diversificação e complementarização das actividades no quadro de uma região e a complementaridade entre as regiões, «ao nível das condições de vida dos habitantes a característica fundamental deve ser o equilíbrio das situações»⁽²⁸⁾.

A correcção destes desequilíbrios exige a mercantilização de muitos sectores agrícolas, a instalação de novas indústrias e serviços em múltiplas regiões, a remodelação da rede de transportes, etc.

Outros aspectos apontam para a importância de amplificação do mercado interno pela via do aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores.

É um facto o baixo nível de vida das classes trabalhadoras no nosso país em termos absolutos e relativos. Durante o fascismo, os salários estavam abaixo do seu valor, isto é, «os salários actuais (leia-se 1964) não chegam para comer, vestir, calçar, tratar da saúde, ter uma habitação, educar-se ao nível exigido pelo próprio processo da produção»⁽²⁹⁾, o que levou a um agravamento das condições alimentares das grandes massas que ainda hoje se faz sentir: 49% e 72% da população, respectivamente, do Continente e do Norte estão abaixo de um padrão satisfatório de con-

(29) Trabalhos do Plano a Médio Prazo 1977 - 1980, Alimentação.

sumo de proteínas⁽³⁰⁾. A parte do rendimento nacional que cabia aos trabalhadores era muito aquém da verificada nos países capitalistas europeus — nos cálculos oficiais nunca ultrapassou os 52,6%, englobando 9,5% das forças armadas e pessoal civil do sector público e 4,3% de contribuições patronais para a Previdência, e, segundo outras estimativas, no início da década de 60 rondaria por 30%. Entre 1961 e 1973 verificou-se uma pauperização relativa, como vimos: os aumentos verificados conjuntamente nos preços e na produtividade é superior aos aumentos salariais, chegando a atingir 27,2% contra 12,5% em 1973 (apesar de no período de 1968-1970 ter havido um menor desfaseamento — 14,1% contra 10,1% em média — devido às grandes lutas operárias). As doenças profissionais, a taxa de mortalidade infantil (38% ainda em 1975), o número de partos sem assistência médica (15% ainda em 1975) são outras tantas provas do afirmado.

É certo que no período posterior ao 25 de Abril verificou-se um acentuado aumento de salários directos e algumas alterações no salário social, mas não foi mais do que uma diminuição do hiato que os separava do valor da força de trabalho. Embora só tivesse sido possível graças à situação revolucionária, não pode ser considerado como um fenómeno exógeno: reflecte as condições conjunturais da luta de classes mas traduz o funcionamento da lei do valor, e esses aumentos foram a ressaca da desenfreada exploração capitalista.

Em muitos sectores industriais os aumentos salariais não eliminaram o referido hiato e as condições de vida rural continuam a ser sub-humanas em vastíssimas regiões. Além disso, em 1976 e 1977 verificaram-se significativas perdas de poder aquisitivo dos trabalhadores: menos 1,3% e 8% nos salários directos, enquanto a parte dos salários no rendimento nacional diminuía 6% em 1976 e 16% 1977 em relação ao peso relativo do ano anterior.

O sector II da nossa economia tem, como vimos, uma grande importância. A agricultura, silvicultura e pecuária, apesar da sua produção representar apenas 18% do PIBcf, continua a ter grande influência no desenvolvimento global e contém grandes potencialidades.

O imobilismo empresarial reforça a importância desta via de ampliação do mercado interno.

Existem, pois, factores concretos conducentes à importância do alargamento do mercado interno, embora por vias diferenciadas.

Numa dinâmica capitalista estas duas vias de ampliação do mercado interno surgiriam como contraditórias, como o são o salário e a mais-valia, mas elas podem não ser contraditórias no Portugal de hoje: «a economia portuguesa no

Natureza de classe do Estado

(27) *Les Luites Preparent l'Avenir*, Jacques Levy, *Economie et Politique*, Julho/Agosto, 1976, p. 58.

(28) *Ibidem*, p. 63.

Necessidade de aumentar o consumo pessoal

(29) Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, ed. 1964, p. 47.

(31) Álvaro Cunhal, *Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, Edições «Avante!», 1976, p. 277.

seu conjunto, se considerarmos apenas a situação económica objectiva, e não a natureza de classe do poder político, encontra-se num estágio intermédio e transitório entre uma economia capitalista e uma economia socialista»⁽³¹⁾. Em sectores determinantes da economia a maximização da mais-valia deixou de ser o objectivo fundamental (embora em muitos aspectos tenham de continuar a actuar na lógica capitalista — para o que a natureza do Estado é fundamental — em resultado da sua contradição com uma economia predominantemente capitalista) e são potenciais motores para uma mais acelerada acumulação. O controlo operário surge igualmente como um elemento de articulação. A urgência da utilização das capacidades inaproveitadas e do combate ao desperdício, a incapacidade da iniciativa privada no contexto da Revolução Portuguesa são complementos da possibilidade de articulação.

(32) Keynes, *Teoria Geral*, ed. cit., p. 356.

Neste quadro é absurdo argumentar que um aumento da produção impõe um aumento de importações, porque tal assenta na hipótese da não alteração da estrutura produtiva e na hegemonia da iniciativa privada — e aqui rompem-se os equívocos das razões da sua adopção pela segunda via: «não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir»⁽³²⁾ —, na «neutralidade» do Estado.

A questão fundamental na promoção de um desenvolvimento económico assente mais decididamente nas nossas próprias capacidades, no desenvolvimento do mercado interno é, de facto, a natureza de classe do nosso Estado.

Luta e elemento motor

A substituição de importações por mercadorias produzidas internamente, a elevação dos salários dos trabalhadores e das suas condições de vida são aspectos complementares de aumento do mercado interno no quadro da defesa e consolidação das conquistas da Revolução.

O Estado tem grande importância na prossecução de qualquer das vias de aumento do mercado interno, mas, sobretudo, para a primeira. A luta por melhores condições de vida aparece como o elemento económico-político de intervenção na construção de um modelo de desenvolvimento não capitalista, mostrando a incompatibilidade da acumulação capitalista com os interesses das amplas massas populares, forçando à adopção dos outros aspectos que só em conjunto constituem um modelo coerente.